



**Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa
Extensão e Pós-Graduação**

LIBRAS: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

NAIANA DE OLIVEIRA PALMA

São Joaquim,

2012



**Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa
Extensão e Pós-Graduação**

NAIANA DE OLIVEIRA PALMA

LIBRAS: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Neuropedagogia e Língua Brasileira de Sinais – Libras, do Centro Sul Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, - como requisito para a obtenção do título de Especialista orientado pela professora Laura Serpa.

**São Joaquim,
2012**



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

NAIANA DE OLIVEIRA PALMA

LIBRAS: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

Monografia apresentado junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Neuropedagogia e Língua Brasileira de Sinais – Libras, do Centro Sul Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientado pela professora Laura Serpa.

COMISSÃO EXAMINADORA:

São Joaquim,
2012



LIBRAS: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

NAIANA DE OLIVEIRA PALMA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo focar a necessidade da utilização da Língua Brasileira de Sinais na Rede Regular de Ensino e das dificuldades encontradas na inclusão do aluno surdo nesta mesma rede, tal como, a falta de conscientização da sociedade como um todo. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para compreender a inclusão dos surdos na classe regular tendo como instrumento principal a Libras. O aspecto principal da pesquisa refere-se à forma de comunicação utilizada pelos alunos surdos, sendo que, a comunicação adequada é da Língua de Sinais.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO, SURDOS, LIBRAS, CLASSE REGULAR DE ENSINO, PROFESSOR.

1 - INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora para os sistemas de ensino uma vez que o direito à educação não se restringe apenas ao acesso, garantido na matriculado aluno junto ao estabelecimento escolar, mas também e principalmente, pela sua participação, aprendizagem e desenvolvimento enquanto sujeitos. Nesse sentido, o artigo que ora se apresenta procura trazer em seu desenvolvimento a abordagem de questões consideradas prioritária para desenvolver praticas inclusivas na educação de alunos surdos, enfocando de modo específico a Libras como instrumento essencial e imprescindível, quando o objetivo primeiro se traduz na afetiva inclusão de surdos nas classes regulares de ensino pois, percebe-se que a tentativa de efetivação da educação inclusiva de alunos surdos esbarra na falta de comunicação entre o aprendiz e o professor. Consequentemente, o desenvolvimento cognitivo do aluno surdo irá ficar comprometido, uma vez que a linguagem, a comunicação da pessoa surda e suas formas de



linguagem influenciam diretamente em seu modo de pensar, de compreender, e de aprender a realidade em que esta inserida. Analisar a importância da existência e uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no âmbito escolar, entendendo esta como instrumento primordial escolar do aluno surdo é objetivo primeiro deste artigo. Nessa conjuntura aborda-se o papel do professor do ensino regular diante do desafio de estabelecer uma comunicação de qualidade com o aluno surdo. Para tanto, defende-se que o professor deve rever suas ações buscando construir/adquirir novas competências como o domínio da língua brasileira de sinais pois, estudos comprovam que a Libras é o recurso inicial necessário para a verdadeira inclusão – escolar e social do aluno surdo e, a negação ao aprendizado da língua de sinais implica a não aceitação da surdez. Então é urgente o rompimento da escola, dos profissionais da educação com visão segregacionista que haver o entendimento e a aceitação de que para trabalhar e incluir e fato a pessoa surda, fazer com que ela se desenvolva em todas as suas dimensões, precisa sim fazer uso de um meio de comunicação, de uma linguagem que as alcance que seja à base da interação de surdos com os outros surdos e ouvintes. Esse “meio de comunicação” é a Libras. Para encerrar o artigo em questão procura-se focar as mudanças que se fazem urgentes, no papel do professor em relação à inclusão de fato, do aluno surdo, pois os tempos, os espaços, as formas de ensinar e aprender devem ser ressignificadas a partir das diferenças.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Surdo na História

Quem pode ser considerado surdo? Surdo é o indivíduo que tem a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. Considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, acaba trazendo muitas limitações e influenciando no relacionamento interpessoal dos indivíduos deficientes.

A **história dos surdos** registra os acontecimentos históricos dos surdos, como grupo que possui uma língua, uma identidade e uma cultura.



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

Ao longo das eras, os Surdos travaram grandes batalhas pela afirmação da sua identidade, da comunidade surda, da sua língua e da sua cultura, até alcançarem o reconhecimento que têm hoje, na era moderna.

No Egito, os Surdos eram adorados, como se fossem deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os Faraós, sendo temidos e respeitados pela população.

Na época do povo Hebreu, na Lei Hebraica, aparecem pela primeira vez, referências aos Surdos.

Na Antigüidade os chineses lançavam-nos ao mar, os gauleses sacrificavam-nos aos deuses Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos. Na Grécia, os Surdos eram encarados como seres incompetentes. Aristóteles, ensinava que os que nasciam surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Essa crença, comum na época, fazia com que, na Grécia, os Surdos não recebessem educação secular, não tivessem direitos, fossem marginalizados (juntamente com os deficientes mentais e os doentes) e que muitas vezes fossem condenados à morte. No entanto, em 360 a.C., Sócrates, declarou que era aceitável que os Surdos comunicassem com as mãos e o corpo. Séneca afirmou:

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.

Os Romanos, influenciados pelo povo grego, tinham ideias semelhantes acerca dos Surdos, vendo-o como ser imperfeito, sem direito a pertencer à sociedade, de acordo com Lucrécio e Plínio. Era comum lançarem as crianças surdas (especialmente as pobres) ao rio Tibre, para serem cuidados pelas Ninfas. O imperador Justiniano, em 529 a.C., criou uma lei que impossibilitava os Surdos de celebrar contratos, elaborar testamentos e até de possuir propriedades ou reclamar heranças (com exceção dos Surdos que falavam).



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

Em Constantinopla, as regras para os Surdos eram basicamente as mesmas. No entanto, lá os Surdos realizavam algumas tarefas, tais como o serviço de corte, como pajens das mulheres, ou como bobos, de entretenimento do sultão.

Mais tarde, Santo Agostinho defendia a ideia de que os pais de filhos Surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Acreditava que os Surdos podiam comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceites quanto à salvação da alma.

Os cristãos, até à Idade Média, criam que os Surdos, diferentemente dos ouvintes, não possuíam uma alma imortal, uma vez que eram incapazes de proferir os sacramentos.

John Beverley, em 700 d.C., ensinou um Surdo a falar, pela primeira vez (em que há registo). Por essa razão, ele foi considerado por muitos como o primeiro educador de Surdos.

É só aqui, no fim da Idade Média e início do Renascimento, que saímos da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, em que a deficiência passa a ser analisada sob a óptica médica e científica.

Foi na Idade Moderna que se distinguiu, pela primeira vez, surdez de mudez. A expressão surda-muda, deixou de ser a designação do Surdo.

Em resultado da evolução nos campos da tecnologia e da ciência, no século XX, particularmente no campo da surdez, a educação dos surdos passou a ser dominada pelo oralismo (que encara a surdez como algo que pode ser corrigido). No entanto, sem a cura da surdez os insucessos do oralismo começaram a ser evidenciados, pois os surdos educados no método não os ajudavam a conseguir um emprego, comunicar com ouvintes desconhecidos ou manter uma conversa fluída.

Entretanto, surge o primeiro aparelho auditivo, em 1898. Na Antiguidade, os aparelhos usados eram cornetas, ou tubos acústicos, mas a ampliação electrónica começou com Bell, em 1876, quando inventou o telefone com a intenção de amplificar o som para a sua esposa e mãe, ambas surdas. Ideia que é concretizada em 1900, em Viena, por Ferdinand



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

Alt. Só em 1948 surgem aparelhos com pilhas incorporadas e em 1953 começou a ser usado o transistor em próteses.

Em 1970 aparecem as primeiras tentativas de implantação coclear. Esse tipo de implante sempre gerou muita controvérsia nas comunidades surdas em todo o mundo. Os argumentos a favor do implante resumem-se ao acesso à língua oral, na idade crítica de aquisição, que a cirurgia é simples e segura e com a possibilidade de proporcionar à criança de ter uma vida social com som, e não com deficiência. No entanto, a comunidade surda, como um todo, é contra a implantação coclear em crianças surdas, antes da aquisição da linguagem. Pensa a comunidade que obrigar a criança surda a ser ouvinte, mesmo não sendo, influencia outros a negligenciar necessidades e meios de apoio à deficiência. Muitos médicos recomendam que o implante coclear seja acompanhado com a língua gestual, especialmente nos primeiros anos da criança, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento cognitivo da criança. Segundo fontes médicas, os riscos do implante coclear incluem: infecção, vertigem, estimulação retardada, forte exposição a campos magnéticos, necessidade de acompanhamento médico por toda a vida.

Segundo a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1977), pode-se dividir a história da humanidade, de acordo com o modo como os deficientes foram tratados e considerados, em cinco fases:

1. Fase filantrópica – em que as pessoas com deficiência eram consideradas doentes e portadoras de incapacidades permanentes inerentes à sua natureza. Portanto, precisavam ficar isoladas para tratamento e cuidados de saúde;
2. Fase da “assistência pública” – em que o mesmo estatuto de “doentes” e “inválidos” implicava a institucionalização da ajuda e da assistência social;
3. Fase dos direitos fundamentais iguais para todas as pessoas, quaisquer que sejam as suas limitações ou incapacidades. É a época dos direitos e liberdades individuais e universais de que ninguém pode ser privado, como é o caso do direito à educação;
4. Fase da igualdade de oportunidades – época em que o desenvolvimento econômico e cultural acarreta a massificação da escola, e ao mesmo tempo, faz surgir o grande contingente de crianças e jovens que, não tendo um rendimento escolar adequado aos



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

objetivos da instituição escolar, passam a engrossar o grupo das crianças e jovens deficientes mentais ou com dificuldades de aprendizagem;

5. Fase do direito à integração – se na fase anterior se “promovia” o aumento das “deficiências”, uma vez que a ignorância das diferenças, o não respeito pelas diferenças individuais mascarado como defesa dos direitos de “igualdade” agravavam essas diferenças, agora é o conceito de “norma” que passa a ser posto em questão.

Em meio às discussões acerca da adoção de uma abordagem educacional para se trabalhar com o surdo, o Estado Brasileiro cria órgãos voltados para o atendimento de pessoas com “necessidades especiais”. A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, os direitos das pessoas com necessidades, foram estipulados, passando estes a ser sujeitos de direitos, inclusive a educação.

A declaração de Salamanca (1994) deu um forte impulso as questões das diferenças e suas aceitações pela sociedade determinando que a todos deva ser dado o direito de acesso e permanência em escolas regulares, devendo estas sofrerem modificações, adaptar-se para acolher a todos que dela necessitam.

Esse princípio de inclusão provocou uma mudança na função da escola, desvelando uma nova concepção que parte da premissa de que essa instituição é o lócus privilegiado não só da instrução, mas também da inclusão social. Assim a LDB nº 9394/96 estabelece entre outros,

(...) o direito a diferença ao pluralismo e a tolerância, e com suas alterações garante as pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes públicas e privadas de ensino o uso da Língua Brasileira de Sinais na condição de língua nativa das pessoas surdas. (Goldfeald, 2003.p.94).

A Língua Brasileira de Sinais: Do Surgimento até Nossos Dias

Não se sabe ao certo onde, como surgem as línguas de sinais das comunidades surdas, mas considera-se que estas são criadas por homens que tentam resgatar o funcionamento comunicativo através dos demais canais por terem um impedimento físico: a surdez.



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

De acordo com Soares (2005) a Língua Brasileira de Sinais é um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda brasileira, de modalidade gestual-visual e com estrutura gramatical independente da Língua Portuguesa falada no Brasil.

A Libras, língua brasileira de sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence. (Damásio. 2005, p.61).

E derivada tanto de uma língua de sinais autóctone quanto da língua gestual francesa, por isso é semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. De acordo com Goldfeld (2003) a Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa e sim uma língua a parte que se apresenta como um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos. Os sinais surgem da combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação-locais no espaço ou no corpo onde os sinais são feitos, os quais, juntos compõem as unidades básicas da língua brasileira de sinais.

Para Skliar (1997, p.141) a língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguísticas, comunicativas e cognitivas por meio do uso da língua de sinais. (...) esta permitira que os surdos constituam uma comunidade linguística diferente e não que sejam vistos como um desvio da normalidade.

Mas até chegar a este estágio de reconhecimento, percorreu-se um longo e árduo caminho.

No Brasil, em 1835 um deputado de nome Cornélio Ferreira, apresentou à Assembleia um projeto de lei que criava o cargo de "professor de primeiras letras para o ensino de cegos e surdos-mudos", projeto que não conseguiu ser aprovado. Anos mais tarde, a convite de D. Pedro II, veio para fundar a primeira escola para meninos surdos, o professor Ernest Huet. Seguidor da ideia do abade L'Epée, que usava o método combinado.



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

Inaugurado no dia 26 de setembro de 1857, a escola recebeu o nome de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, uma espécie de asilo, onde só eram aceitas pessoas do sexo masculino que fossem surdas. Acolhia surdos de todo o país e muitos deles eram abandonados pela suas famílias.

No cenário mundial, em consequência do avanço e da divulgação das práticas pedagógicas com surdos, foi realizado, em 1878, em Paris, o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, no qual se fizeram acalorados debates a respeito das experiências e impressões sobre o trabalho realizado até então. Naquele congresso alguns grupos defendiam a ideia de que falar era melhor que usar sinais, mas que estes eram muito importantes para a criança poder se comunicar. Ali, os surdos tiveram algumas conquistas importantes, como o direito a assinar documentos, tirando-os da "marginalidade" social, mas ainda estava distante a possibilidade de uma verdadeira integração social.

Em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. O método alemão vinha ganhando cada vez mais adeptos e estendendo-se progressivamente para a maioria dos países europeus, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época.

As discussões do congresso foram feitas em debates acaloradíssimos. Apresentaram-se muitos surdos que falavam bem, para mostrar a eficiência do método oral. Com exceção da delegação americana (cinco membros) e de um professor britânico, todos os participantes, em sua maioria europeia e ouvintes, votaram por aclamação a aprovação do uso exclusivo e absoluto da metodologia oralista e a proscricção da linguagem de sinais. Acreditava-se que o uso de gestos e sinais desviasse o surdo da aprendizagem da língua oral, que era a mais importante do ponto de vista social. As resoluções do congresso (que era uma instância de prestígio e merecia ser seguida) foram determinantes no mundo todo, especialmente na Europa e na América Latina.

As decisões tomadas no Congresso de Milão aboliram oficialmente a linguagem gestual como forma de comunicação a ser utilizada por pessoas surdas no trabalho



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

educacional. Embora tal decisão tenha sido totalmente rejeitada pela maioria das comunidades surdas da época, a única oposição clara feita ao oralismo foi apresentada por Gallaudet que, desenvolvendo nos Estados Unidos um trabalho baseado nos sinais metódicos do abade De L'Epée, discordava dos argumentos apresentados, reportando-se aos sucessos obtidos por seus alunos (Sachs 1990, Lane 1989). Somente no Congresso da Alemanha, cem anos depois, houve uma atitude positiva em relação à linguagem gestual que, mesmo durante a opressão oralista manteve-se viva. No Brasil, em 1896, o professor do Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES, A. J. de Moura e Silva, a pedido do Governo Brasileiro, viajou para o Instituto Francês de Surdos, para avaliar a decisão do Congresso de Milão e concluiu que o método oral puro não era adequado para todos os surdos.

No entanto, no mundo todo, a partir do Congresso de Milão, o oralismo foi o referencial assumido e as práticas educacionais vinculadas a ele foram amplamente desenvolvidas e divulgadas. Essa abordagem não foi, praticamente, questionada por quase um século. Os resultados de muitas décadas de trabalho nessa linha, no entanto, não mostraram grandes sucessos. A maior parte dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória e, em geral, esse desenvolvimento era parcial e tardio em relação à aquisição de fala apresentada pelos ouvintes, implicando um atraso de desenvolvimento global significativo. Somadas a isso estavam as dificuldades ligadas à aprendizagem da leitura e da escrita: sempre tardia, cheia de problemas, mostrava sujeitos, muitas vezes, apenas parcialmente alfabetizados após anos de escolarização.

Nada de realmente importante aconteceu em relação ao oralismo até 1950, Com as novas descobertas técnicas e a possibilidade de se "protetizar" crianças surdas muito pequenas, um novo impulso era dado na educação voltada para a vocalização. Foram desenvolvidas novas técnicas, criados aparelhos com o intuito de melhorar os níveis de audição e desenvolver as capacidades das pessoas surdas, sobre aspectos da percepção auditiva e de leitura labial da linguagem falada. Um grande número de métodos inovadores e conceituados como: o método "Materno-reflexivo" de Van Uden e o método "Verbo-tonal" de Guberina surgiram, dando ensejo a momentos de nova esperança de que, através desses métodos e do uso de próteses, se pudessem educar e levar crianças com surdez grave e



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

profunda a ouvir e, conseqüentemente, a falar. No entanto os surdos continuavam a demonstrar pouco desenvolvimento em relação aos não-surdos.

Na década de 1960 surge, no Brasil, o primeiro estudo linguístico sobre a Língua de Sinais, até então apenas uma forma de linguagem, efetuado por William Stokoe, Klima e Bellugi. Este estudo visava demonstrar as características que fazem da linguagem de sinais uma língua equivalente à verbal, com gramática própria tanto no nível fonético, como a nível fonológico e semântico, contrariando o conceito que até então se tinha, no qual a linguagem de sinais era considerada pobre, rudimentar e sem estrutura. Entre 1960 e 1970, chega ao Brasil a Comunicação Total, que consiste basicamente em deslocar a língua oral como o grande e principal objetivo na educação de surdos, priorizando a comunicação dos mesmos. Para tanto, todo espectro dos modos linguísticos: gestos criados, língua de sinais, leitura oro-facial, alfabeto manual, leitura e escrita é utilizado a fim de se obter êxito na comunicação dos surdos. Os maiores benefícios da Comunicação Total, reside no fato de que esta, segundo seus defensores, encoraja a criança/pessoa surda a aceitar-se como pessoa cuja linguagem precoce pode crescer em resposta às necessidades crescentes de cada uma delas. Autores como Sanches (1997) e Dorziat (1997), acreditam que o maior problema desta metodologia ou filosofia, seria a mistura das duas línguas (Português + Língua de Sinais) que resultaria numa terceira modalidade que é o Português Sinalizado, onde ocorre a introdução de elementos gramaticais de uma língua e de outra.

Em 1969, data a primeira tentativa de registrar a Língua de Sinais falada no Brasil, através de um pequeno dicionário, Linguagem das Mãos, organizado pelo missionário americano Eugênio Oates, que segundo Ferreira Brito (1993), apresenta um bom índice de aceitação por parte dos surdos. Somente em 1980 iniciaram os Estudos Linguísticos no Brasil sobre a Língua de Sinais em Recife, saindo o seu primeiro boletim, o GELES – Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez, fundado no Recife na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Apenas em 1986, a Língua de Sinais passou a ser defendida no Brasil por profissionais influenciados pelos estudos divulgados pela Gallaudet University² que utiliza a ASL (Língua Americana de Sinais) como primeira língua e o Inglês como segunda. Divulga a filosofia da Comunicação Total (método que utiliza de todos os recursos linguísticos, visuais ou orais ao mesmo tempo) e acompanha toda a vida escolar do surdo, desde o ensino fundamental até a universidade. Nessa mesma época, a língua de



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

sinais utilizada pelos surdos das capitais do Brasil foi denominada pela sigla LSCB – Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros.

A criação da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), em 1987, uma entidade sem fins lucrativos, a máxima representativa dos surdos, que trabalha em prol da sociedade surda garantindo, entre outras coisas: a inclusão do surdo no mercado de trabalho, pesquisas para a sistematização e padronização do ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para ouvintes e a defesa dos direitos linguísticos e culturais dessa população propagando a LIBRAS como meio de comunicação natural das pessoas surdas; é de grande importância para a democratização do ensino no Brasil.

Em 2001, foi lançado em São Paulo, o Dicionário Enciclopédico Ilustrado de LIBRAS, em um projeto coordenado pelo Professor Doutor (Instituto de Psicologia/USP) Fernando Capovilla e, em março de 2002 o Dicionário LIBRAS/Português em CD-ROM, trabalho realizado pelo INES/MEC e coordenado pela Professora Doutora Tanya Mara Filipe/ UFPernambuco/FENEIS. Nacionalmente a LIBRAS foi recentemente oficializada através da Lei nº. 4857/2002, enquanto língua dos surdos brasileiros, marcando o início de uma nova e promissora era no que diz respeito à pessoa surda, sua capacidade, identidade e formação. Esta lei reconhece não somente que a LIBRAS é uma Língua e que como tal deve ser respeitada, mas que a comunidade surda, sua cultura e sua identidade devem ser respeitadas.

Em 2002, o MEC (Ministério de Educação) e a SEESP (Secretaria de Educação Especial), fundamentados na Constituição Brasileira de 1988, além de leis e decretos, da Declaração Mundial de Educação para Todos e da Declaração de Salamanca, estruturou as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica. Este documento, já abordava a temática da educação inclusiva, no entanto, é no documento intitulado Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que podemos observar com clareza os caminhos, nada fáceis, a serem percorridos, as mudanças "propostas", os objetivos do MEC e da SEESP visando não só promover como assegurar a inclusão de pessoas com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como toda pessoa com deficiência. O advento e a preocupação com os direitos humanos, contribuem para o posicionamento da sociedade



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

como um todo em relação às pessoas com deficiência, hoje mais vistas como seres com direito à vida, à liberdade, à saúde, à educação, ao lazer, a arte e ao trabalho. Essa nova Política Nacional, seguindo o novo modelo mundial, apresenta uma nova visão de educação entendendo-a numa proposta inclusiva, onde todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito de frequentar e conviver numa mesma escola e de estarem juntas sem nenhum tipo de discriminação. A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº. 3956/01, reafirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas.

As propostas educacionais que visam promover a inclusão escolar de alunos com surdez em escolas e classes inclusivas, vêm sendo estruturadas a partir do Decreto 5626/05 que prevê a organização de turmas bilíngues, formadas por alunos surdos e ouvintes, onde as duas línguas, LIBRAS e Português serão utilizados no mesmo espaço educacional. Os estudos sobre a Língua de Sinais estão cada vez mais bem estruturados e com eles estão surgindo alternativas educacionais orientadas a uma prática inclusiva.

Quando se refere a educação de surdos, outros procedimentos além da estruturação das salas multifuncionais e conseqüentemente do atendimento especializado são necessários. É importante não esquecer que a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é a primeira língua dos surdos e que o Português uma segunda língua. Se o primeiro requisito para que aprendamos uma segunda língua, é o conhecimento da nossa língua, os surdos só estarão preparados para aprender uma segunda língua quando entenderem que existem diferentes línguas e culturas e tomarem conhecimento da sua, ou seja, quando eles tiverem um referencial linguístico que servirá de base para toda aprendizagem futura. A presença de um interprete na sala de aula, e do trabalho deste em parceria com o professor titular e vice-versa, é algo imprescindível no processo educacional dos surdos, não basta ter a presença física do interprete, é importante que este tenha conhecimento do assunto que irá ser trabalhado pelo professor em sala, para que ele possa interpretá-lo para o surdo e não apenas traduzi-lo, pois há uma diferença muito grande entre um e outro. Enquanto ao tradutor cabe apenas a missão de transpor de uma língua para outra, ao interprete é dada à missão de explicar, esclarecer, representar, ser o intermediário para que o surdo compreenda o que está sendo trabalhado e o professor em sala de aula tenha o retorno daquilo que está ou não sendo compreendido. O contato diário de crianças surdas com adultos surdos também é algo



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

necessário, pois consiste num instrumento de conhecimento e manutenção da sua língua, além de oportunizar aos outros alunos a aprendizagem da LIBRAS, oportunizar inclusão social.

O Bilinguismo para o Surdo

O INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) iniciou em 1999, um processo de revisão de seu modelo educacional aplicado até então. Iniciou-se no início deste mesmo ano, um curso que tinha como objetivo o estudo do modelo educacional Bilíngue. Foi dado início então a este curso com duração de oito horas mensais ministrado a todos os professores e técnicos do INES, onde foram abordados os seguintes temas: Aspecto neurolinguísticos da língua oral e gestual; modelos educacionais orais, gestuais e mistos na educação de surdo; o modelo Bilíngue nas suas modalidades L1 Língua de Sinais e L2 Língua oral e escrita e discussão de casos clínicos. O objetivo era realizar um nivelamento de todos os profissionais da instituição quanto ao conhecimento do que venha a ser este novo modelo educacional proposto e ainda bastante desconhecido no Brasil: o Bilinguismo para o surdo. A opção por este modelo educacional deu-se pelo fato de que o INES reconhece a importância da Língua oral na comunidade brasileira, que não apresenta ainda estrutura para receber um surdo adulto tanto no sistema educacional regular como na inserção profissional, sem um nível mínimo de oralidade.

Fala-se aqui de oralidade e não oralismo, pois a oralidade pode ser compreendida, por exemplo, como a capacidade de fazer leitura labial. Não nos referimos aqui a "oralização escravagista" do surdo, como o modelo oral puro apresentou durante um século. A Proposta Bilíngue não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá usar em cada situação linguística em que se encontrar. Esta proposta leva em consideração as características dos próprios surdos. "Falar em Bilinguismo no campo da educação dos surdos é fazer referência a algo muito concreto, e algo sem controvérsias à luz dos conhecimentos atuais da linguística: a existência de duas línguas ao redor dos surdos. Dito de outra forma, o Bilinguismo reconhece que o surdo vive numa situação bilíngue" (Sanchez, 1991). Podemos definir o Bilinguismo como um enfoque



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

educacional que possui como princípio de base o fato de que as crianças surdas são locutores naturais de uma língua adaptada às suas experiências do mundo e às suas capacidades de expressão e compreensão: a língua de sinais (Kozłowski, 2000).

Quando se fala do Bilinguismo do surdo, refere-se à existência de duas línguas no ambiente do surdo e estamos ao mesmo tempo, reconhecendo que os surdos vivem numa situação bilíngue (Kozłowski, 2000). Quando se fala de Bilinguismo do surdo, fala-se da língua oral da comunidade ouvinte (no caso do Brasil, o português) e a língua de sinais da comunidade surda (A Língua Brasileira de Sinais - Libras).

O ensino do Português como segunda língua para surdos deve ser ministrada a partir de políticas que considere a diversidade linguística como meio e fim. Ele deve ser um reforço para a permanência da língua de sinais entre os surdos e não a sua substituição, pois a língua é a expressão concreta da capacidade específica do ser humano para a linguagem/comunicação e é a partir dela que os homens expressam sua cultura, valores e padrões sociais, sendo assim impossível de ser substituída. Assim a participação ativa de adultos surdos na educação da criança surda é fundamental, pois ele terá a função de transmitir a língua de sinais. Através do aprendizado da língua natural, a criança surda terá acesso aos processos que permitirão todo seu desenvolvimento linguístico e cognitivo, toda base linguística necessária à aquisição de outras línguas, portanto, este contato precoce adulto surdo X criança surda, através de uma língua de sinais, é que proporcionará o acesso à linguagem.

Pesquisas sobre esse tema (Taeschner, 1985) apontam para a conveniência de não haver sobreposição das duas línguas envolvidas. A aprendizagem da língua de sinais deve ser iniciada na família, quando possível, ou num outro contexto, com um membro da comunidade surda, por exemplo, e a língua falada deve ser ensinada por uma outra pessoa caracterizando um outro contexto comunicativo. Tais contextos não devem se sobrepor; as pessoas que produzem cada uma das línguas com a criança, no início, devem ser pessoas diferentes e o ideal parece ser que a família participe sinalizando. Num outro contexto, a criança aprenderá a desenvolver sua capacidade articulatória e fará sua adaptação de prótese e sua educação acústica. A língua de sinais estará sempre um pouco mais desenvolvida e adiante da língua falada, sendo, portanto a aprendizagem de uma língua através da



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

competência em outra língua, como faz os ouvintes quando aprendem uma segunda língua sempre tendo por base sua língua materna.

A finalidade da educação bilíngue é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária. A filosofia bilíngue possibilita também, que dada à relação entre o adulto surdo e a criança, esta possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes.

Como já foi colocada, a proposta educacional Bi linguista, e as experiências a partir desse modelo educacional são ainda recentes, poucos países têm implantado esse sistema a mais de dez anos. A Língua de Sinais Americana é bastante conhecida e talvez a língua de sinais mais bem estudada, entretanto as práticas de Comunicação Total prevalecem, indicando que o desenvolvimento do conhecimento acadêmico no que se refere a língua de sinais, ainda não é suficiente para sua efetiva inserção no âmbito educacional.

De acordo com Virole (1996) as atividades em L1 são desenvolvidas por educadores surdos e têm por objetivo o contato "natural" com LIBRAS, pois como já foi dito anteriormente, a aquisição desta língua garantirá o desenvolvimento linguístico suficiente para aquisição de outras línguas. As estratégias de trabalho são desenvolvidas a partir de dramatização, passeios, contos de história, experiências baseadas em atividades de vida diária. Não há nenhum aprendizado formal da língua de sinais, já que o objetivo aqui é o desenvolvimento da linguagem que pode ser "aprendida", mas não pode ser ensinadas. O contato "natural" com a língua é que proporcionará esta aquisição Virole (1996) afirma que a partir da primeira experiência linguística ocorrida através da Língua de Sinais onde a criança utiliza esta língua de maneira adequada porque ela é naturalmente adaptada as suas possibilidades, é possível simultaneamente auxiliar a criança a utilizar suas potencialidades auditivas residuais através da prótese auditiva para uma aprendizagem da fala que é essencialmente pragmática, visando uma melhor integração do futuro adulto surdo no mundo acústico dos ouvintes. A aprendizagem da leitura se realiza através da mediação da língua de sinais. Os profissionais responsáveis por estas atividades são fonoaudiólogos e



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

professores ouvintes e o intuito consiste na aquisição da segunda língua (oral/escrita). As estratégias de trabalho incluem: leitura oral-facial, desenvolvimento das habilidades auditivas, trabalho específico com voz, fala e aquisição da língua escrita. As atividades são orientadas para aquisição de Segunda Língua e considera-se aqui que o desenvolvimento da linguagem é garantido através da L1. Dentro de uma perspectiva Bilíngue, o surdo é visto como um indivíduo diferente e não deficiente visão que vem substituir a visão clínica que durante décadas não conseguiu proporcionar ao surdo seu desenvolvimento pleno. Desta forma, não nos referimos mais a reeducação do surdo e sim a sua educação. Suas potencialidades podem ser totalmente desenvolvidas desde que seus direitos linguísticos sejam respeitados. É deste direito linguístico que trata o Bilinguismo. A língua natural do surdo é a língua gestual, já que todo seu reconhecimento do mundo é através do canal visuo-espacial, diferentemente do ouvinte que estabelece sua visão do mundo através do input auditivo-verbal. Em meio a toda essa novidade educacional, uma visão realista é também necessária, pois a implantação de um modelo bilíngue no Brasil não se constitui em uma tarefa fácil.

Embora com o acontecer da História, tenha-se obtido ganhos bastante consideráveis no que se refere à educação de surdos e sua inserção na sociedade como um todo/cidadão, o Português ainda é a língua significada por meio da escrita nos espaços/escolas que recebem a criança surda. A escola consiste no local onde ela (pessoa surda) pode ter acesso à representação gráfica da língua portuguesa, processo psicolinguístico da alfabetização, e a construção das referências culturais da comunidade letrada. A atual proposta de educação de surdos, o Bilinguismo, prevê o ensino da língua portuguesa a partir do referencial linguístico da Língua de Sinais: LIBRAS. Durante esse processo, em vários momentos se fará necessário a análise implícita e explícita entre as línguas, comparando as semelhanças e diferenças em seus diferentes níveis de análise. Nesse sentido, há processos em que ocorre a tradução dos conhecimentos, dos conceitos, dos pensamentos e das ideias adquiridos na língua de sinais para o português. A educação bilíngue não consiste numa transferência de conhecimentos (da primeira para a segunda língua), mas sim num processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados



2.1 LIBRAS: Instrumento de inclusão escolar dos surdos;

Carvalho (2007) defende que a linguagem constitui um processo determinante para o desenvolvimento da cognição e da consciência, o sujeito surdo com certeza atravessa serias dificuldades em construir conhecimentos e perceber o mundo visto que os contextos sociais onde, geralmente estão inseridos (família/escola) usam uma língua falada. Este fato faz com que os surdos, em sua grande maioria sintam-se estrangeiros em seu próprio país. Assim a Libras mostra-se uma ferramenta decisiva na elaboração das formações discursivas dos surdos, pois possibilita a estes um maior entendimento sobre a realidade e ajuda na constituição da identidade desses sujeitos.

Para Skliar (1997p, 69) se considerarmos, conforme Vigotsky nos mostra, que os sujeitos ao interagirem, através da linguagem, internalizam ou se apropriam de conhecimentos, modos de ação, papéis e funções sociais perceberemos o quanto este instrumento lingüístico é importante para os surdos. E no curso destas ações mediadas pelo outro e pelos signos, nas relações sociais, que vão sendo constituídas as funções psicológicas e a formação da pessoa.

No que diz respeito ao ambiente escolar pode-se perceber que a linguagem (língua) desempenha um papel decisivo no processo de interação e de ensino-aprendizagem no interior das salas de aula. Como então, se dão as ocorrências dialógicas e as trocas interativas que envolvem os alunos surdos em um contexto predominantemente de ouvintes?

A Libras aparece como esse elemento facilitador na relação pedagógica que oferece a mediação pelo outro e pela linguagem. Além de representar uma conquista para os surdos, a Libras é um estímulo para novas conquistas e ampliação dos horizontes para surdos e ouvintes. O respeito a esta língua é a forma mais próxima da natureza do indivíduo surdo. Preservá-la como meio da expressão da comunidade surda é possibilitar que diversas pessoas se apropriem e internalizem conhecimentos, modos de ação, papéis e funções sociais que sem a existência desta língua eles jamais poderiam acessar. (SACKS, 2002 P.82).

Nesse sentido, considerando a inclusão como uma estratégia educativa que exige formas de ação muito seria e, tomando por base o pressuposto de que, para que ocorra a inclusão da pessoa surda, torna-se necessário o desenvolvimento de mecanismo específicos de comunicação entre professor e aluno, o domínio da Língua Brasileira de Sinais se faz essencial para que uma pessoa ouvinte possa comunicar-se com uma pessoa surda ou, para que o professor possa se comunicar com seu aluno-surdo pois,



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

Foi comprovada a incapacidade da escola para educar o surdo nos moldes convencionais, devido a sua vocação pra a permanência dos processos pedagógicos, sendo constatado que a Libras é o recurso inicial necessário pra a verdadeira emancipação dos surdos e sua inclusão tanto escolar quanto social (Carvalho 2007,p.33).

Diante de tal afirmação fica evidente a importância sumaria da libras e da capacitação do professor que ira mediar o conhecimento para seus alunos surdos em classes regulares de ensino pois,para que a inclusão educacional do surdo aconteça de fato,há a necessidade de se montar uma infra-estrutura adequada,de possibilitar aos profissionais a aquisição ou o desenvolvimento de novas praticas bem como o domínio da libras,uma vez que incluir no contexto do surdo, não significa apenas colocá-lo numa sala de ensino comum, mas respeitar suas diferenças e fazer com que este se desenvolva e aprenda considerando toda as suas especificidades.

Segundo Skliar (2005, p.46) todos os mecanismos de processamento da informação e todas as formas de compreender o universo em seu entorno, se constroem como experiência visual. Nesse sentido, a língua de sinais não deve ser encarada pelo professor como um instrumento de trabalho, mas sim, como parte da cultura da comunidade surda, sendo sua língua oficial e passando isso para seus alunos.

Ou seja, a escola, na perspectiva da inclusão, deve ser antes de mais nada, uma representação do que acontece na vida social do sujeito surdo, com ênfase sobretudo, no uso de uma língua que lhe proporcione realizações em todos os aspectos da vida pois,se a escola e seus profissionais não tiverem um preparo adequado para reelaborar o conhecimento com o aluno surdo, o saber deixará muito a desejar nos dois sentidos,tanto para aquele que tenta ensinar quanto aquele que “tenta” aprender. Por isso Goldfeald (2003) reafirma a importância da linguagem, do uso desta (a linguagem dos surdos tem como expoente a libras) Para o citado autor o sujeito social tem que estar interagindo, em primeiro plano culturalmente e em segundo linguisticamente, e assim não for, o sujeito surdo continuara vivendo cercado de privações por falta exclusiva da troca de comunicação, ora caudada por imposição ao ensino oralista, ora por falta do domínio de uma linguagem gestual-visual como Libras.

1. RESULTADO E DISCUSSÃO

A educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora para os sistemas de ensino, pois, o direito a educação não se configura apenas pelo acesso,



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

materializado na matrícula do aluno junto ao estabelecimento escolar, mas também pela sua participação e aprendizagem ao longo da vida.

No caso da inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino, os autores anteriormente citados são unânimes em afirmar que a inclusão dos surdos possui como propósito conduzir a criança surda em condições sociais de vincular-se aos ouvintes. De acordo com Skliar (1997) estar incluído significa sentir-se parte do mundo, compartilhar o mundo com o outro, poder adentrar-se nele. Não basta matricular um ouvinte em salas de surdo, tampouco um surdo em salas de ouvinte, isso não é inclusão.

Preocupados com seus filhos surdos, muitas famílias vem procurando dar ao filho surdo o, ensino das libras uma vez que vários estudos mostram que é a proposta mais adequada para o desenvolvimento destes pois, a libras, normalmente é adquirida de forma quase natural e rápida pelos surdos, proporcionando assim, o acesso a uma linguagem que ocasiona uma eficaz e completa comunicação tal qual a utilizada pelos ouvintes. De acordo com Goldfeald (2003) por meio da Língua de Sinais o discente surdo possui liberdade de obter um maior desenvolvimento cognitivo e emocional. Para que bons resultados educacionais sejam alcançados no que se refere ao aluno surdo, suas condições lingüísticas e culturais devem ser essencialmente considerada no processo de aprendizagem. (Sacks 2002).

Ora, se a linguagem representa um papel decisivo no desenvolvimento do indivíduo se o meio de comunicação do aluno surdo é a libras o instrumento de inclusão escolar social do surdo por excelência, por que então os professores do ensino regular encontram-se ainda despreparados para cumprir seu papel de mediador do conhecimento junto estes?

Soares (2005) esta coberta de razão quando coloca que a inclusão educacional constitui-se numa realidade nas escolas brasileiras e esta não é nova. Alunos surdos tem acesso garantido, por lei para frequentarem a escola, as classes do sistema regular de ensino desde 1988 com a Constituição Brasileira porem, a inclusão ainda não atingiu as metas desejadas. É verificando poucos ou nenhum resultado na aprendizagem do aluno surdo ao ingressar na escola de ensino regular. O aluno não encontra boas condições para seu desenvolvimento seja pela não adequação da parte estrutural da escola, no preconceito, na falta de integração com o restante da comunidade escolar, mas principalmente, pela inaptidão do professor em “alcançar” o aluno surdo através das libras.



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

Isso não quer dizer que todo aluno surdo que chega a escola se comunica através da Libras. Não. Muitos ainda não a dominam porem, estudos, pesquisas mostram que o individuo surdo, seus familiares, a comunidade surda estão se agilizando no sentido de se habilitarem em libras,sua “língua mãe” pois estes entendem que a linguagem em libras é o meio de deixar para traz um mundo de privações por falta exclusiva de comunicação. Então, se os indivíduos surdos que estão aprendendo a se comunicar ou que estão se comunicando através das libras, estão sentados em nossos bancos escolares, silenciosamente implorando que o professor “converse com ele” alem de apenas oportunizar o convívio como os ouvintes, mas que prepare para uma vida em sociedade cumprindo o objetivo real da inclusão.

É sabido que a escola é o local apropriado para se combater o preconceito, criando um ambiente em que as crianças da classe regular de ensino ofereçam apoio aos colegas surdos,em situação de contato com ouvintes,estando dispostos a interagir com estes alunos,demonstrando respeito e nunca atitudes que remetam a piedade.

Acredita-se que o fator acolhimento é muito importante porem, não é o suficiente. De repente, o sentimento de inclusão esta focado na questão da solidariedade, do bom relacionamento, do respeito e não vai alem disso porem isso não é suficiente para que o aluno surdo aprenda e se desenvolva. Como afirma Carvalho (2007) a linguagem constitui um processo determinante para o desenvolvimento da cognição e da consciência, por isso, há que se estabelecer a comunicação entre o professor e o aluno e a libras mostra-se uma ferramenta decisiva na elaboração das formações discursivas dos surdos. (Skliar, 1997).

2. METODOLOGIA

O presente trabalho se constitui em uma pesquisa bibliográfica em que se aspira mostrar alguns elementos que evidenciam o fazer pedagógico dos professores frente ao processo de inclusão dos alunos surdos que frequentam as escolas da rede regular de ensino.



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

Realizou-se a princípio, uma pré-leitura pesquisando-se em livros a existência das informações desejadas. Através dessa primeira leitura fez-se uma seleção de obras para serem examinados mais atentamente.

Em seguida realizou-se as leitura criticas/analíticas dos textos/livros selecionados para depois proceder a leitura interpretativa procurando estabelecer relações, confrontar ideias e refutar ou confirmar opiniões dos autores pesquisados acerca da inclusão do aluno surdo como instrumento a Língua Brasileira de Sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao termino deste artigo pode-se afirmar que a educação dos surdos é um tema polemico que gera sempre debates acalorados. Este debate acaba se materializando na defesa, de um lado, escolas de surdos e de outro, pela inserção do aluno surdo na escola regular.

Alguns dados deste estudo indicam o quanto um modelo considerado inclusivo pode não ser nada inclusivo. O aluno surdo, apesar de presente fisicamente, não é considerado na maioria de seus aspectos e se cria uma falsa imagem de que a inclusão é um sucesso. As reflexões apontam que a inclusão no ensino fundamental é muito restrita para o aluno surdo oferecendo oportunidades reduzidas de desenvolvimento de uma series de aspectos fundamentais que se desenvolvem apoiados nas interações que se dão por meio da linguagem. A não partilha de uma língua comum impede a participação em eventos discursivos que são fundamentais para a constituição plena dos sujeitos.

Assim para o aluno surdo será efetivamente melhor a escola na qual, os conteúdos ,a construção do conhecimento sejam abordados também em sua língua de domínio, que ele tenha professores que partilhem com ele a língua de sinais de modo a poder se desenvolver o mais plenamente possível.

Nesse sentido enfatiza-se que o professor deve se adequar para desenvolver todos os alunos, principalmente, o aluno surdo e uma das condições para efetivar esta meta é o domínio da Libras, pois considerando que a linguagem é fator preponente no



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

desenvolvimento do ser humano, considerando que a língua-mãe do surdo é a Libras, cabe ao professor dominá-la se fazendo apto para atender o surdo em toda sua especificidade fazendo da Libras um instrumento de inclusão escolar e social.

Muitas tentativas educacionais foram feitas com o objetivo de educar crianças e, por muito tempo a surdez foi apontada como causa do fracasso escolar. A surdez dificulta a comunicação colocando o surdo em desvantagem, pois vive-se em um mundo dominado pela língua oral, composta por vocábulo e gramática que são desconhecidos pelo surdo, o que faz destes, portadores de necessidades especiais.

Não resta dúvidas que todo indivíduo é capaz de desenvolver o aprendizado, então, quando é exposto a uma língua, começa o processo de aprendizado com uma cadeia de significados que é a base para o desenvolvimento da escrita. O surdo é privado desta exposição pela falta da audição e, por causa disso, o processo de desenvolvimento fica em desvantagem, sua capacidade de aprender é interrompida bem no ponto de partida.

Reafirma-se que a LIBRAS permite ao surdo uma forma de comunicação diferente que deve ser respeitada e usada, uma vez que trata-se de uma língua legalmente reconhecida, apesar de apenas uma minoria utilizá-la. Nesse contexto, cabe à escola, seus professores compreenderem que esta constitui o elemento identificatório dos surdos.

Há que se reconhecer que os surdos são pessoas e como tal, são dotados de linguagem assim como os não surdos. Precisam apenas de uma modalidade de língua que possam perceber e articular facilmente para ativar seu potencial linguístico. Eles, os surdos, possuem o potencial, falta-lhes o meio e, a Libras é o principal meio que se lhes apresenta para “deslanchar” esse processo. Diz-se então que o ato educativo relativo ao contexto da escola para o aluno com surdez, no que diz respeito ao cotidiano pedagógico, precisa ser redirecionado, construindo novas e infinitas possibilidades que levem o aluno surdo a uma aprendizagem cotextualizada e significativa que valorize seu potencial e desenvolva suas habilidades cognitivas, linguísticas e sócio-afetivas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECLARAÇÃO de Salamanca, **Sobre os Princípios, Políticos e Práticos na área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha: Salamanca, 1994

GOLDFELD, Márcia. A criança surda. **Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sociointeracionista**. São Paulo: p/exus, 2003.

SKLIAR, Carlos (org) **A surdez um Olhar sobre as Diferenças**. 3.ed. Porto Alegre: mediação, 2005.

_____, Educação x Exclusão: **Abordagens Sócio antropológica em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES. Maria Ap^a Leite. **A Educação do Surdo no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2005.

CARVALHO, Paulo Vaz de. **Breve Historia dos Surdos no Mundo**, SurdUniverso; 2007.

DAMASIO, MF. Educação escolar de pessoas com surdez: **Uma Proposta Inclusiva**. Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

SACKS, O Vendo vozes. **Uma Viagem ao Mundo dos Surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

KOZLOWSKI, L. (2000). **A educação Bilingue-bicultural do surdo. In Fonoaudiologia:surdez e abordagem bilingüe**. Lacerda, C., Nakamura, H. e Lima M. org.. Editora Plexus.

TAESCHNER, T. "**Alcune definizione relative al bilinguismo**." (Núcleo Monotemático) *Etá Evolutiva*, 20. 1985, pp.89-92.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Artes Médicas. Porto Alegre. 1997.

Ensino de língua portuguesa para surdos: caminho para a prática pedagógica / Heloisa Maria Moreira Lima Salles...[et al.]. _ Brasília: MEC, SEESP, 2005. 2 v. : il. ._(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos)

VILHALVA, NEIVA AQUINO & SHIRLEY. **Língua de sinais: Processo de Aprendizagem como Segunda Língua**, Disponível na internet via www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf Arquivo capturado em 26 de agosto de 2012



Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação

VIROLE, B. **Psicologia da Surdez**. Bruxelas,1996.

Convenção de Guatemala/1999

Declaração Mundial de Educação para Todos/1990

Decreto nº. 5626/05

Decreto nº. 3298/99